

A PAISAGEM DA RESISTÊNCIA

Notas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove

THE RESISTANCE LANDSCAPE
Notes from Manzano, Lefebvre and Cosgrove

Rodrigo Silva¹ e Rosângela Lunardelli Cavallazzi²

Resumo

O conceito de paisagem é complexo no campo das ciências sociais, possuindo uma multiplicidade de sentidos e abordagens. Este artigo tem como objetivo discuti-lo na perspectiva do conceito de paisagem da resistência, a partir de Jordi Manzano, Henri Lefebvre e Denis Cosgrove. Essa construção teórico-prática se constituiu a partir da revisão narrativa de literatura focada nesses três autores, à luz do conceito do Antropoceno, da teoria espacial lefebvriana com seu processo de diferenciação do espaço e do caráter simbólico na discussão da paisagem em Cosgrove. A discussão desse conceito tem demonstrado que a transformação da paisagem por culturas hegemônicas, dominantes, através de instrumentos técnicos pressiona, e muitas vezes suprime, as paisagens construídas por culturas resistentes, em conflito pela manutenção de suas práticas sociais instituintes diante do processo de homogeneização e padronização da paisagem.

Palavras-chave: paisagem, paisagem da resistência, culturas hegemônicas, produção do espaço, projetos urbanos.

Abstract

The concept of landscape is complex in the social sciences field, with multiples meanings and approaches. This article discusses it from the notion of resistance landscape from Jordi Manzano, Henri Lefebvre, and Denis Cosgrove. This theoretical-practical construction came from the narrative review of these three authors's literature, from the concept of the Anthropocene, Lefebvrian spatial theory with its differentiation of space process and the symbolic character of the landscape in Cosgrove. The discussion of this concept has demonstrated that the transformation of the landscape by hegemonic, dominant cultures through technical instruments presses and suppresses the landscapes built by resistant cultures, which try to preserve its instituting social practices in the landscape standardization process.

Keywords: landscape, resistance landscape, hegemonic cultures, production of space, urban projects.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) (Linha de pesquisa de Intervenções Territoriais, Habitação Social e Cidadania). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ). Colaborador do projeto de extensão Fórum Direito à Cidade (DARQ/UFRN) e Pesquisador do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU).

² Pós-Doutora pela École Doctorale Villes et Environnement – Université Paris 8. Doutora e Mestre em Direito (UFRJ e UFSC). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Coordenadora do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU).

Introdução

A paisagem como disciplina e campo teórico constitui conceito/categoria analítica importante para a compreensão dos processos que relacionam sociedade e natureza, bem como os impactos da atividade humana sobre a Terra e sobre a própria sociedade. A paisagem, como conceito, na acepção semiótica, ou seja, enquanto feixe de possibilidades e obstáculos, possui uma multiplicidade de sentidos, fato que inviabiliza sua discussão fora de um contexto material determinado. Sua dimensão multidisciplinar aponta justamente para a variedade de compreensões e aplicações que o estudo da paisagem pode apresentar, o que o torna um conceito altamente mobilizado nas ciências sociais.

Leonardo Name (2011) nos alerta sobre a importância de compreender o sentido polissêmico do conceito de paisagem e suas diversas abordagens, sob o risco de, ao não o fazer, banalizar seu uso. Dessa forma, é de extrema importância encaminhar compreensões amplas sobre o conceito e suas abordagens para a definição de métodos e caminhos de pesquisa fundamentados, principalmente diante dos conflitos claros entre os paradigmas da modernidade³ e a natureza, que inauguram o Antropoceno e redefinem por completo a compreensão dos impactos da atividade humana no planeta. A consciência da problemática ambiental-ecológica, pautada na crise desses paradigmas e nos reflexos das mudanças climáticas, possibilitam novos cenários epistemológicos para o estudo da paisagem neste contexto.

Inaugurado na geografia moderna⁴ entre o século XIX e XX com os estudos vidalinos⁵, o campo da paisagem passou por diferentes abordagens, da geografia positivista à crítica, captando as alterações que ocorreram desde os estudos de Carl Sauer (1998)⁶,

³ Loures (2011), ao buscar em sua tese reflexões sobre rastros de uma escritura em projeto e as nuances de um pensar urbano no espaço imaginal, discute sobre as teorias modernas e seus paradigmas. A autora recupera o conceito de paradigma de Morin (2005, 2002), onde o paradigma seria “algo que exclui os problemas que não reconhece, na necessidade constante de confirmar o determinismo e descobrir novas evidências auto-ocultando-se. O paradigma é cogerador do sentimento de realidade, estando todo tempo ligado aos discursos e visões de mundo” (Loures, 2011, p. 2, ficha “Teorias Modernas”). Dessa forma, Loures (2011) identifica a obsessão pela previsibilidade como um dos principais paradigmas que acompanha a modernidade, sendo sua própria noção. Essas ideias trabalhadas pela autora servem de base, aqui, para a compreensão dessa modernidade e seu acirramento dentro da era do Antropoceno, a qual pode ser encarada, nos termos de Giddens (2002), como uma radicalização da modernidade, um abraço às incertezas.

⁴ Ainda é possível considerar outros marcos para o surgimento da paisagem, como as compreensões filosóficas instituídas a partir de George Simmel em 1913, as quais encararam pela primeira vez a paisagem enquanto um recorte da natureza e, portanto, enquanto noção fragmentada da mesma (SIMMEL, 1996). A relação de interdependência entre paisagem e natureza elaborados por Simmel, porém, nos levam a noções de paisagem mais antigas, inseridas ainda dentro do período do Renascimento, no século XIV, quando sua noção pictórica surgiu. Quanto a isso, cabe ainda citar as contribuições de Baudelaire e Ruskin, já no século XIX, quanto a constituição da paisagem urbana moderna durante a industrialização e sua representação na pintura, quando ambos já teciam considerações críticas aos processos técnicos e de previsibilidade da reprodução da realidade (KERN, 2010). Neste artigo, porém, iremos nos ater nas compreensões geográficas do campo, sendo este nosso ponto de partida – o que não nos isenta dessas outras compreensões aqui elaboradas.

⁵ “Geógrafos como [Paul Vidal de] La Blache e Demangeon adotaram uma visão neolamarckiana, marcada pela noção de que as espécies adquirem hábitos, transmitidos por descendência. [...] É a partir das noções de ‘adaptação ao meio’, presente na obra de Lamarck, e de ‘hábitos adquiridos pelo homem’ que se estruturam categorias como [...] o ‘gênero de vida’ de La Blache, que, de certa forma, [substitui] o termo ‘cultura’, praticamente ausente no Funcionalismo. [...] Pode-se perceber que a cada gênero de vida, que possui sua localização específica na superfície da terra e sua específica adaptação ao meio, corresponde uma paisagem-tipo. A paisagem, entretanto, não é termo corrente de La Blache, é citada eventualmente, e se confunde com a região, o mais importante conceito vidalino” (Name, 2011, p. 166–167).

⁶ Carl Sauer aponta em seus estudos sobre paisagem a existência de paisagens naturais e culturais. O primeiro grupo seria composto por aquelas supostamente intocadas pela ação humana, enquanto o último, por aquelas que possuem esse tipo de intervenção, sendo a cultura o agente e a área natural seu

que abordam a paisagem através da compreensão material e geográfica da intervenção da cultura⁷ sobre a mesma, chegando aos estudos que destacam mais o seu valor simbólico, artístico ou moral e que compreendem paisagem e cultura como elementos em constante tensão dialética, se autoproduzindo e autorreproduzindo, como em Augustin Berque (2012)⁸, Donald Meinig (2002)⁹, Milton Santos (2008)¹⁰ e Denis Cosgrove (1998b). Os redirecionamentos no campo da geografia cultural revelaram a paisagem simbólica como uma nova vertente de estudo, onde a necessidade de olhar para além dos seus aspectos morfológicos mostrava-se essencial para a compreensão completa dos seus processos de transformação.

Considerando, portanto, o sentido polissêmico dos estudos da paisagem, mais especificamente este inserido na Geografia Cultural, e as novas compreensões dos processos de sua transformação a partir do Antropoceno¹¹, este artigo tem como objetivo discutir a paisagem a partir do conceito de paisagem da resistência¹², mobilizando as discussões encampadas por Jordi Manzano, Henri Lefebvre e Denis Cosgrove.

O primeiro autor fundamenta as notas aqui elaboradas a partir de suas discussões sobre a constituição do Antropoceno e suas relações com o ambiente; o segundo autor, nos auxilia a partir de sua teoria espacial, da condição tripartite do espaço abstrato e do processo de diferenciação do espaço, articulados aqui com o estudo da paisagem; já o último, geógrafo do campo radical, nos apresenta ideias consistentes sobre a paisagem simbólica e sua compreensão cultural. A intenção ao reunir os estudos desses três autores é refletir sobre o processo paradigmático da modernidade

meio (Sauer, 1998).

7 O conceito de cultura aqui estabelecido e utilizado durante todo o artigo parte das concepções da geografia cultural, onde cultura é compreendida como o conjunto de conhecimentos, ferramentas e técnicas, crenças, valores, etc. de um determinado grupo de pessoas em uma sociedade.

8 Augustin Berque (2012) fundamenta seus estudos a partir do duplo papel da paisagem, marca-matriz, uma vez que ao mesmo tempo que ela é vista, ela também determina esses olhares (Berque, 2012). Estariam, conforme ele, paisagem e sujeito, a sociedade, se autoproduzindo e autorreproduzindo, criando novos significados e tendências evolutivas (Berque, 2012, p. 86).

9 Meinig (2002) também considera a paisagem em sua ambiguidade, sendo matéria e simbolismo, “não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (Meinig, 2002, p. 35). Em seu texto “O olho que observa: dez versões da mesma cena” (2002), ele esboça a percepção que a paisagem pode ser percebida a partir de várias perspectivas: como natureza; como habitat; como artefato; como sistema; como problema; como riqueza; como ideologia; como história; como lugar; e como estética.

10 Milton Santos em sua obra “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2008) compreende a paisagem como “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (Santos, 2008, p. 83), constituída por elementos naturais e artificiais, e em constante movimento dialético, de modo que as interações sociais promovem continuamente alterações na paisagem e a paisagem traz determinações à essa sociedade.

11 O conceito de Antropoceno que será mobilizado neste artigo parte da compreensão de Jordi Manzano – melhor detalhada a seguir – de que as atividades de origem antrópica no contexto global de reprodução social geraram alterações capazes de modificar a configuração do Sistema Terra (Manzano, 2020). Na construção de seu próprio entendimento do que seria a transição geológica, o autor parte “da ideia de uma economia-mundo global, estruturada a partir de uma hierarquização entre centro e periferia em que se reproduzem relações de trocas desiguais no contexto de metabolismo social crescente de dimensão global” (Manzano, 2020, p. 11–12, tradução nossa), sendo essas diferenciações essenciais para a compreensão dos principais responsáveis pela alteração da configuração do Sistema Terra.

12 A mobilização desse conceito tem sido adotada em virtude da construção metodológica e procedimentos de pesquisa no âmbito do desenvolvimento da tese [intitulada até o momento como] “Paisagens da resistência: A estandardização do território costeiro. Agentes, Construções Normativas e Projetos Urbanos – o caso - referência das comunidades da pesca artesanal no município de Natal”, do doutorando Rodrigo Silva, orientado por Rosângela Lunardelli Cavallazzi, no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-FAU/UFRJ). No processo empírico, temos observado o processo conflitual na paisagem costeira do município de Natal, onde as alterações normativas pela revisão do seu plano diretor e a proposição de projetos urbanos estruturantes para a “requalificação” das orlas marítima e estuarina tem afetado as paisagens constituídas por grupos não-hegemônicos, dentre eles, as comunidades da pesca artesanal no município.

na paisagem, onde diferentes culturas – sejam elas dominantes ou subalternizadas, resistentes ao processo de homogeneização e estandardização da paisagem¹³ – se expressam conflituosamente. Esse processo aqui se insere em um novo momento geológico, o Antropoceno, que, para além de um conceito das ciências naturais, permite reflexões importantes a serem consideradas no campo das ciências sociais.

O conceito de paisagem da resistência aqui apresentado vem sendo construído a partir da observação empírica da transformação da paisagem pelas culturas hegemônicas, dominantes, que, através de instrumentos técnicos pressionam, e muitas vezes suprimem ou invisibilizam, paisagens culturalmente construídas por grupos autênticos locais, que com suas práticas sociais instituintes, se tornam resistentes a esse processo de homogeneização e estandardização da paisagem. As práticas hegemônicas tendem a se destacarem na paisagem, porém não são exclusivas, sendo possível observar simultaneamente a presença de paisagens que resistem em meio aos espaços dominados predominantemente por paisagens estandardizadas.

A proposta deste artigo será apresentada a partir da revisão narrativa de literatura atinente aos autores Manzano, Lefebvre e Cosgrove. Importante destacar que as reflexões introduzidas pelos autores destacados será, quando possível, articulada com outros, a partir das notas de rodapé, a fim de demonstrar as imbricações dentro do campo. Para tanto essa revisão será apresentada em três partes, uma para cada autor, resultando nas considerações finais, onde os assuntos serão articulados a fim de apresentar as construções iniciais para este conceito. A intenção, com isso, é fomentar a discussão do campo dos estudos da paisagem, a fim de inserir novas questões e problemáticas à luz dos debates sobre o Antropoceno no contexto das ciências sociais, onde os paradigmas da modernidade são de fato questionados.

Manzano: A constituição do Antropoceno – e como isso se revela na paisagem

O padrão de ocupação do Planeta Terra passou por uma verdadeira revolução. O período do Holoceno¹⁴ presenciou alterações determinantes nas formas de uso e ocupação do território pela sociedade (e na paisagem resultante desse processo, em consequência). Os impactos da ação humana sobre o planeta, entretanto, nunca foram tão consideráveis como os níveis revelados desde a Revolução Industrial, marcada pela enorme expansão na utilização de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) e pela invenção de novos instrumentos técnicos imprescindíveis na atualidade, como a máquina a vapor. O processo de industrialização possibilitou maior capacidade de adaptação do meio ambiente para as atividades humanas e alterou por completo a relação entre homem e natureza. Paul J. Crutzen, em nota na revista *Nature* (2002), visualizou ser impossível, a partir de alterações tão drásticas nessa relação, não

13 Os conceitos de cidade e paisagem standard corroboram na compreensão do conflito iminente entre paisagens de culturas dominantes e de outros grupos, que influi na concepção de uma forma única e homogênea – standard – de percepção e representação da paisagem. Este processo pode ser concebido através das manifestações do poder para viabilização de uma cultura de consumo na paisagem, articulada com sua espetacularização, como concebe Featherstone (2007). “Na paisagem da cidade standard, a uniformização predomina sobre a história produzida pelos seus moradores e, segundo uma perspectiva paisagística, se observa que o tipo de urbanização imposto é sucessivamente reproduzido e replicado em diferentes lugares, redundando em mudanças físicas e culturais e dos espaços e relações sociais diretamente vinculadas a estes lugares” (Cavallazzi; Fauth, 2014, p. 5). O conceito de cidade *standard* vem sendo trabalhado nos grupos de pesquisa do Laboratório Direito e Urbanismo (LADU). Ver: CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Códigos da cidade: análise das interferências jurídico-urbanísticas na cidade standard. Relatório parcial de pesquisa do projeto FAPERJ. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2012.

14 Cabe destacar que a era do Holoceno é marcada pelo fim da última glaciação do planeta Terra, há mais de 11 mil anos.

considerar o advento de uma nova era geológica, sobreposta ao Holoceno. O autor batizou-a de Antropoceno, considerando que essa nova era se caracterizava pela predominância e centralidade da ação humana na geologia e ecologia do planeta (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007).

Identificado pelo aumento da concentração atmosférica de dióxido de carbono, o Antropoceno seria a inauguração de um período de aceleração no uso dos recursos naturais da Terra, evidenciando a existência de limites planetários para esse uso (Artaxo, 2014)¹⁵. Importante pontuar, apesar deste artigo não enveredar pelos estudos das ciências naturais, que a gênese do Antropoceno está vinculada diretamente a processos bioquímicos que alteram a estrutura e o funcionamento do planeta, e que esses estão totalmente vinculados com as mudanças socioeconômicas inauguradas pela modernidade. Apesar dessas alterações iniciarem antes da Revolução Industrial no século XVIII – “o desmatamento de florestas para a agricultura há cerca de 8.000 anos e a irrigação de arroz há cerca de 5.000 anos levaram a aumentos nas concentrações atmosféricas de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄)” (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007, p. 615) –, foi a partir desse evento que as mesmas atingiram níveis críticos.

Nesse sentido, as ciências naturais compreendem que a era industrial, de fato, iniciou o processo de ampliação da utilização dos recursos naturais, diretamente relacionado ao aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, de maneira constante. Essa relação, entretanto, sofreu alterações decisivas a partir do momento denominado pelos cientistas como a Grande Aceleração de 1945 (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007). A partir da década de 1950, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento da economia global alterou as tendências socioeconômicas de maneira ascendente, o que levou, conseqüentemente, ao aumento considerável no nível das taxas de consumo de recursos naturais do planeta¹⁶. A relação de crescimento proporcional e vertiginosa (dentre as tendências socioeconômicas e de uso dos recursos naturais), portanto, desencadeou o processo de alteração de outros importantes parâmetros planetários, que incidiram diretamente nas mudanças climáticas, como bem visto e divulgado na atualidade.

Apesar dessa compreensão – digna por entender que a modernidade imprimiu sobre a biosfera níveis críticos de transformação –, o conceito que parte das ciências naturais se apresenta de maneira hermética. Como destacado anteriormente, a determinação do Antropoceno a partir do nível de dióxido de carbono atmosférico revela uma compreensão fragmentada do processo, a qual só poderia ser ultrapassada a partir das ciências sociais. Sobre isso, Manzano (2016, p. 9–10) destacou que o enfoque até então trabalhado “poderia ocultar uma certa indiferença moral ou política, escondendo

15 Artaxo (2014) evidenciou alguns dos parâmetros que marcam esses limites, a saber: as mudanças climáticas; a perda de ozônio estratosféricos; a acidificação dos oceanos; ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; mudanças na integridade da biosfera associadas à perda da biodiversidade; as mudanças nos usos do solo; o uso de recursos hídricos; a carga de partículas de aerossóis na atmosfera; e a introdução de entidades novas e poluição química.

16 O *International Geosphere-Biosphere Programme* (2015) exemplifica enquanto tendências socioeconômicas: o (1) aumento da população mundial e população urbana; (2) o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); (3) o aumento de investimento internacional; (4) o crescimento do consumo energético; (5) o crescimento do consumo de fertilizantes; (6) o aumento do consumo de água e sua contenção em barragens; (7) o aumento da produção de papel; (8) o crescimento do número de veículos motorizados; (9) o surgimento e posterior crescimento do setor de Telecomunicações; e (10) o aumento do Turismo internacional. Essas tendências, segundo o IGBP, tem acompanhado proporcionalmente, desde a década de 1950, o crescimento dos níveis (1) de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico na atmosfera; (2) da temperatura da superfície terrestre; (3) de perda de ozônio na estratosfera; (4) da atividade da pesca industrial; (5) de acidificação e de nitrogênio nos oceanos; (6) de carcinicultura; (7) de perda da massa verde das florestas tropicais; (8) da privatização de terras; e (9) da degradação da biosfera terrestre (Steffen *et al.*, 2015).

questões de distribuição e responsabilidade em relação aos efeitos derivados do domínio tecnológico do Sistema Terra por parte dos seres humanos”. Tal alerta leva a reflexão sobre o Antropoceno para uma compreensão crítica da modernidade ocidental e de uma estrutura socioeconômica específica, o sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 1999)¹⁷. Para discutir o Antropoceno¹⁸ é necessário compreender que os desequilíbrios e impactos da ação humana não ocorrem de forma conjunta, uma vez que há a persistência de desequilíbrios, desigualdades e responsabilidades internas na implantação do processo de acumulação capitalista (Manzano, 2016).

Manzano, portanto, adiciona a noção marxiana de metabolismo social na discussão, a qual revela a relação homem-natureza a partir das relações de troca e obtenção de recursos naturais e energia (por parte da sociedade) e de geração de resíduos (a partir dos recursos e energia obtidos para a produção). “Pois bem: a evolução do processo de acumulação capitalista teria dado lugar a um metabolismo crescente, que teria alcançado dimensões globais, ocupando todo o espaço natural, para integrá-lo no sistema de reprodução social” (Manzano, 2018, p. 155). Dessa forma, mais do que o aumento do dióxido de carbono atmosférico, Manzano condiciona a transição do Holoceno para o Antropoceno a partir do aumento progressivo do metabolismo social a partir do sistema-mundo capitalista, que utiliza recursos não renováveis em escala planetária (Manzano, 2021).

Para além da Revolução Industrial, Manzano observa os paradigmas da modernidade como fator essencial para essas alterações. Nesse sentido, ele parte da questão do ponto de vista, da ideia de conquista ou dominação pela visão e do individualismo como fatores ligados diretamente a cultura moderna. A imagem do *man-at-the-top*¹⁹

17 Diversos autores das ciências sociais trabalham a partir de outros conceitos a discussão do Antropoceno, como uma forma de adicionar mais camadas a discussão das ciências naturais. Jason Moore (2016) trabalha com o conceito de Capitaloceno como forma de centralizar a problemática do consumo desmedido de combustíveis fósseis e suas consequências no atual sistema de produção global, demonstrando que o problema antecede os últimos 300 anos. Outros encaminham compreensões mais específicas e mais antigas ainda, determinando o processo colonial das monoculturas como marco nessa transição geológica, rebatizando-a de Plantationceno (Haraway *et al.*, 2016). Donna Haraway avança nessas discussões propondo como meta para a sobrevivência da espécie a era do Chthuluceno, a partir de reflexões que abordam a necessidade de alteração paradigmática da humanidade, mirando numa compreensão relacional do homem e natureza, transbordando para uma era colaborativa entre espécies (Haraway, 2016).

18 É importante reafirmar que, apesar da compreensão crítica trazida por Manzano ao conceito de Antropoceno trabalhado nas ciências naturais, diferente de outras referências (como as expressas na nota anterior), ele persiste adotando a mesma expressão. Na mesma perspectiva, Svampa (2019), ao apresentar leituras sobre o conceito a partir do Sul-global, considera o Antropoceno como um campo em disputa, no qual a mesma concorda que a leitura fragmentada a partir unicamente das *ciências da terra* (como ela introduz) traz consigo uma limitação, na qual a crítica ao sistema-mundo capitalista não seria suficiente para sua compreensão. Isso, entretanto, não invalidaria as diferentes narrativas que circundam a discussão no entorno do termo, fazendo o combate epistêmico. A autora esclarece que optar por outro termo que não Antropoceno como forma de rechaço a certas visões que partem do mesmo pode representar uma interdição do debate, uma vez que “o Antropoceno como diagnóstico abre portas, cria vínculos, desafia-nos a iniciar uma conversa, a pensar o problema socioecológico numa perspectiva mais ampla em termos de contextos disciplinares, até mesmo de tradições teóricas, entre as ciências da terra e as ciências humanas e sociais” (Svampa, 2019, p. 43).

19 Manzano (2021) traz essas reflexões a partir da carta escrita por Francesco Petrarca a Dionisio di Borgo San Sepolcro contando sobre sua suposta escalada ao monte *Ventoux*, a mais alta montanha da *Provence* com 1909 metros (1333). O domínio da natureza ao seu redor pela visão seria considerado um dos marcos da modernidade. Importante destacar que, aqui, modernidade é compreendida como “um projeto que ganha força a partir do Renascimento e atinge sua maturidade com o desenvolvimento da sociedade industrial e, que nos dias de hoje, apresenta-se como um projeto inacabado” (Loures, 2011, p. 1, ficha “Teorias modernas”), marcada pelos princípios da ordem, unidade e simplicidade. Loures (2011) nos mostra que a radicalização da modernidade, desde o seu princípio, buscava mecanismos de segurança e previsibilidade – a despeito dos aspectos de insegurança tão atinentes à mesma. É dentro dessa perspectiva que Manzano (2021) também trabalhar: ver para prever, para dominar.

antecede, e muito, a revolução industrial, datando desde o Renascimento e servindo como representação constante da cultura moderna²⁰. Ela “permite-nos identificar a centralidade da visão do homem europeu como meio de domínio da natureza [e] a tensão entre o sujeito e o objeto, sendo o principal significativo do processo de diferenciação entre eles” (Manzano, 2021, p. 155). A natureza objetificada se torna elemento da equação moderna, do *man-at-the-top*, um mero elemento no metabolismo social do sistema-mundo capitalista.

Dentro desse reposicionamento do início do Antropoceno, Manzano articula esses princípios com a inauguração do processo de acumulação capitalista, demarcando a colonização das Américas como um marco, onde o Novo Mundo aparece enquanto um repositório de recursos naturais do Velho Mundo. Ou seja, o sistema colonial expõe por completo a objetificação da natureza em sua plenitude, estabelecendo o início do processo de diferenciação global que, organiza o sistema-mundo capitalista em centro e periferia (Manzano, 2021)²¹. “A ‘descoberta’ do Novo Mundo possibilitou ampliar as relações desiguais entre o centro e a periferia em escala global” (Manzano, 2021, p. 160).

Manzano (2021) demonstra que a descoberta das Américas se vincula a imagem do *man-at-the-top*, uma vez que o homem moderno desbrava o mundo única e exclusivamente para dominá-lo e moldá-lo. É interessante notar que a ideia de moldar espaço e paisagem aparece desde já, quando, ao iniciar a diferenciação entre centro e periferia, o homem moderno não apenas utiliza do Novo Mundo como repositório de recursos, mas também o molda a sua própria realidade. A história colonial brasileira é representativa desse momento, quando a natureza e os seus povos originários foram violados para a construção de novas espacialidades, que serviam para os objetivos dos Estados-Nações europeus.

Está claro, assim, que a diferenciação estrutural entre centro e periferia no sistema-mundo capitalista gera desequilíbrios e desigualdades globais nos processos de metabolismo social, onde o primeiro (o centro) é responsável em grande medida por seu crescimento. A partir dessa compreensão, Manzano nos revela que, diferente da narrativa empregada no âmbito das ciências naturais, não há equidade nas capacidades de transformação do Sistema Terra, tampouco na distribuição de responsabilidades pelos efeitos dessas transformações (Manzano, 2018). “A transformação antrópica não seria [portanto] algo pelo que se poderia responsabilizar a humanidade como um todo, assim como os seus

20 Manzano (2021) repete Marshall Berman, em Tudo que é sólido desmancha no ar (2007), também rememorando Fausto, de Goethe, como representação dessa cultura moderna. Berman analisa e adota a obra de Goethe como metáfora para se referir a um tempo turbulento de mudanças geradas pela modernidade, vendo Fausto como uma interpretação literária da modernização através dos processos de sonhos, amor e progresso. Interessante notar que, assim como as consequências do aumento crescente do metabolismo social no Antropoceno, Goethe finda sua obra destacando os aspectos destrutivos da modernidade, os quais Berman utiliza para criticar o desenvolvimento desenfreado do sistema-mundo capitalista.

21 A teoria do sistema-mundo elaborada por Wallerstein (1999) compartimenta o mundo em três categorias: centro, periferia e semi-periferia, desenvolvido a partir do conceito de divisão internacional do trabalho produzida pela estrutura capitalista. Dessa forma, compreende-se a existência de uma dependência estrutural dos países periféricos aos países centrais, que possuem o controle das principais fontes de recursos naturais, redes de mercado e influência (na mesma direção que a teoria cepalina da dependência). Santos, em sua discussão sobre a natureza do espaço (2008), elabora questões que evidenciam a consciência das relações dependentes entre centro e periferia, no processo de globalização da técnica, que indubitavelmente ocorria de forma desigual, iluminando certos territórios enquanto tornava outros opacos. Essa compreensão floresce posteriormente, quando o autor aborda a globalização (SANTOS, 2000), destacando a necessidade de construir um pensamento que demonstra a centralidade da periferia, de modo a propiciar o que Santos chamou de uma globalização de baixo para cima. Essas ideias serão importantes para este artigo ao elaborarmos o processo resistente, o qual surge justamente da interposição de grupos periféricos ao processo de globalização de cima para baixo.

efeitos tampouco se distribuiriam de maneira homogênea entre todos os seres humanos” (Manzano, 2018, p. 158).

Dessa forma, reações negadoras (por óbvio) e reformistas perdem sua força, uma vez que o sistema econômico como um todo precisa ser completamente alterado. E esse é um dos grandes avanços que uma visão sociológica da era do Antropoceno proporciona. Abdicando da crença que a revolução técnica seria capaz de resolver a problemática das mudanças climáticas causadas pelo aumento crescente do metabolismo social (como notado inicialmente nas ciências naturais)²², Manzano e outros autores apontam para a necessidade de mudanças paradigmáticas, advindas de reações disruptivas, que vão de encontro a compreensão moderna de que a tecnociência é suficiente para enfrentar tais problemas, logo, muito arraigada na compreensão das ciências naturais sobre os efeitos imprescindíveis da transformação antrópica do planeta (Manzano, 2018).

O caráter estrutural da diferenciação entre centro e periferia assim, demonstra que “o sistema institucional, as formas de apropriação” (Manzano, 2018) são igualmente desiguais. Manzano analisa este fato a partir do Direito, reivindicando que o problema, pois, não seria a má aplicação das normas, mas a distorção de todo o sistema. Importante registrar que, tal reflexão também se aplica a outros campos²³. O processo de acumulação capitalista implica em um processo de desigualdade, no qual os entes centrais e dominantes mantem sua hegemonia a partir de estruturas de poder homogeneizadoras – no qual o Estado desempenha um papel fundamental para expansão da economia-mundo capitalista –, negando, portanto, a existência de outras culturas que não a central. Neste contexto a ideia de cidadania, enquanto cria um espaço social e econômico homogêneo, também incorpora outros territórios e populações ao sistema, subalternizando-os (Manzano, 2018). Esse processo converge indubitavelmente à “colonização de todo o espaço físico pelos seres humanos, isto é, a urbanização do planeta” (Manzano, 2018, p. 155), sendo as cidades “espaços de criação cultural e, portanto, de impulso da homogeneização cultural em escala planetária” (Manzano, 2018, p. 165).

A urbanização é produzida frente a um projeto antrópico homogeneizante, articulado a partir da construção de uma paisagem que revele os aspectos globais do sistema-mundo capitalista. O Antropoceno, portanto, inaugura um acirramento desse processo de homogeneização da paisagem, onde a diferenciação entre centro e periferia, dominantes e subalternos, produz objetos homogêneos, estandardizados. Uma mudança no paradigma das práticas sociais dominantes, portanto, seria necessária a fim de enfrentar a instabilidade do complexo socioecológico global emergente (Manzano, 2021). Manzano observa que essa mudança deve ocorrer, dentre outras formas, a partir de políticas de descolonização do conhecimento e novas narrativas e discursos que confrontem a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores, possibilitando assim que grupos e culturas subalternizados confrontem a mudança

22 “A ideia de um Antropoceno bom está ligada às respostas tecnocientíficas e gerencialistas à crise ambiental [...]. O desenvolvimento sustentável é sintomático de tais abordagens porque não implica mudanças substanciais nos processos de reprodução social e nas políticas da verdade, endossando uma perspectiva ecomodernista colonial, que está profundamente ligada à construção moderna do indivíduo” (Manzano, 2021, p. 166).

23 As formas de fazer arquitetura e fazer cidade a partir da modernidade ocidental estão igualmente conectadas as relações de dominação hegemônicas. Ailton Krenak (2015) mobiliza ambos os campos, dentre tantos outros, ao retratar as matrizes de dominação da Terra que formam os campos de conhecimento hegemônicos. Dessa forma, o modelo de urbanização dominante tem figurado como instrumento nesse processo, onde a supremacia da técnica, segundo Krenak (2015), sustenta as marcas do Antropoceno, como a espoliação de grupos sociais vulneráveis nas mais diversas escalas e em diversas partes do mundo, com destaque para as áreas periféricas do capitalismo tardio.

geológica.

Lefebvre: A teoria espacial *lefebvriana* – o espaço abstrato e a paisagem por ele constituída

A discussão elaborada a partir do conceito de Antropoceno, construída anteriormente com Manzano, nos leva a cidade, a *pólis*. Manzano nos apresenta o processo de urbanização como uma transição lógica para a acumulação capitalista. A concentração dos meios de produção e de consumo nas cidades a partir desse modo de produção concretizou o fenômeno urbano como uma realidade crescente do processo de dominação da Terra pelo homem. O *Anthropos* antes de tudo é um sujeito iminentemente urbano.

A ideia de colonização de todo o espaço pelo homem é compreendida por Lefebvre durante toda sua obra. O duplo processo industrialização-urbanização observado pelo autor sinalizava o movimento de concentração articulado pela era industrial, a partir da qual a urbanização e o urbano tomavam forma (LEFEBVRE, 2009). Há, portanto, em Lefebvre, uma discussão fértil sobre as cidades sob o sistema capitalista, existindo pontes entre sua compreensão e aquela adicionada pelas discussões já encampadas aqui sobre o Antropoceno. Esse autor observa a modernidade a partir de uma discussão espacial, adicionando novas camadas que serão essenciais para a construção da categoria proposta neste artigo.

Considerado um sociólogo do cotidiano, Lefebvre estruturou seu pensamento a partir da *práxis*, convergindo sua produção com o mundo real e afastando-se de meras totalidades abstratas. Observador de transformações turbulentas da sociedade moderna, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa (Harvey, 1992), além da efervescência cultural considerável somada com inquietações sociais latentes, Lefebvre teorizou sobre as cidades e o urbano a partir desse contexto²⁴, apresentando uma nova perspectiva para a compreensão do espaço diante da modernidade e uma crítica consistente ao planejamento tecnocrático moderno, revelando um processo de intensa investigação e escrita sobre a natureza da urbanização e da produção do espaço.

Lefebvre nos revela o espaço não mais como mero plano de fundo das relações sociais, mas como produto histórico e social dessas. Ele não é mais estritamente geográfico, visto como espaço vazio, mas como resultado das relações de uma sociedade, sendo produzido e produzindo ele mesmo processos sociais, econômicos e políticos. Bastante crítico ao afastamento pragmático do pensamento filosófico à *práxis* e aos pensamentos estáticos e absolutos de filósofos cartesianos sobre o espaço, Lefebvre refletiu sobre mudanças epistemológicas importantes, onde ele via como grande

²⁴ Lefebvre foi contemporâneo crítico do pensamento dos situacionistas. Dentre esses, podemos destacar a sua relação com Guy Debord, do qual a obra *A Sociedade do espetáculo* (2007) apresenta muitas relações diretas com a obra lefebvriana. O movimento da Internacional Situacionista, aqui representado por Debord e sua obra, pautavam-se, como Lefebvre, na recusa à especialização no campo dos conhecimentos, contrapondo-se fortemente às lógicas do movimento moderno-funcionalista. Também podemos destacar a crítica à cidade como mercadoria, encontrada nas obras de ambos os autores, onde as categorias marxistas do fetiche da mercadoria e da alienação são espacializadas no tecido urbano. O próprio conceito de *Direito à Cidade*, construído por Lefebvre, encontra relação com os objetivos sistemáticos da Internacional Situacionista. O primeiro, conclama a necessidade de retomar a cidade para a realização plena da classe trabalhadora, des-alienando o processo de produção capitalista e, por tanto, a própria cidade. Já o segundo, também centra no processo desalienante, pautado principalmente pelos momentos e pela *Deriva*, vista como ato e ação política especializada, como uma forma de crítica a cidade museificada e alienante.

questão a identificação do espaço, não como coisa ou substância – apesar de até apresentar certa materialidade –, mas como um conjunto dessas relações.

A partir da fenomenologia francesa, das dialéticas hegeliana e marxista e do pensamento nietzschiano, Lefebvre, então, construiu sua compreensão dialética tripartite do espaço, onde os três momentos adquirem igual valoração (Schmid, 2012). A teoria apresentada reverbera essa nova dialética ao compreender que o espaço social produzido está triplamente determinado, através da relação interconectada desses três momentos: a “prática espacial”, as “representações do espaço” e os “espaços de representação”, relacionados respectivamente com uma segunda noção paralela, fenomênica, que observa o espaço como espaço percebido, concebido e vivido (esse, a cotidianidade). Dessa forma, Lefebvre nega hipóteses anteriores que viam ou espaço como lugar “vazio”, ou como mero produto material da sociedade (Lefebvre, 2008, 1992)²⁵.

Em tensão dialética, em diferentes frequências, formas, ritmos e lógicas, a noção tripartite espacial de Lefebvre, portanto, apresenta o espaço em sua totalidade, escapando de concepções fragmentadas e recortadas de si, onde “as pesquisas culminam seja em descrições (sem alcançar o momento analítico, ainda menos o teórico), seja em fragmentações e recortes do espaço” (Lefebvre, 1992, p. 25). Ele apresenta a prática espacial como produção e reprodução do espaço, na qual pode ser percebida; as representações do espaço como a contraparte que é concebida, ligada aos conhecimentos, signos e códigos e, portanto, diretamente relacionadas com os tecnocratas, planejadores e urbanistas; e, os espaços de representação, identificados pelos simbolismos complexos interpostos como um espaço vivido, apropriado pela imaginação que se interpõe a dominações. Em outras palavras, o espaço percebido representa as práticas sociais de um grupo, enquanto o espaço concebido e o espaço vivido são seus reflexos, de modo que o primeiro impõe sua representação sobre o vivido, enquanto esse representa o simbolismo dos seus habitantes.

Lefebvre, portanto, determina que a prática espacial é inerente a uma sociedade e que diferentes sociedades apresentam práticas espaciais diferenciadas, de modo que cada uma delas produz seu próprio espaço (Lefebvre, 2008, 1992). A existência de várias sociedades concebe a possibilidade de existência de inúmeros espaços sociais. Esses, entretanto, não se diferenciam ou se isolam, estando sobrepostos, entrelaçados e constantemente interconectados. A partir dessas práticas, as representações do espaço buscam, através do espaço concebido, representa-las e enquadrá-las em seus códigos e signos, assim como os aspectos vividos desse espaço, representados pelos

²⁵ David Harvey apresenta leituras espaciais baseadas nas lefebvrianas. Embasado também numa dialética de espaço-temporalidade, Harvey estrutura três maneiras fundamentais de compreensão do espaço-tempo: a do espaço absoluto, do espaço relativo e do espaço relacional (Harvey, 2012, 2013). O espaço absoluto está evocado na materialidade, relacionado com a teoria absoluta newtoniana-descartiana-kantiana. O espaço absoluto é o espaço dos acontecimentos materiais, dos valores de uso na teoria marxiana. O espaço relativo, como o próprio nome determina, se assenta nas teorias de Einstein, compreendendo que o mundo em movimento é definidor do espaço-tempo, o qual neste nível de compreensão não está fixo, diferente do primeiro, necessitando sempre de uma referência (Harvey, 2013). Já o espaço relacional “declara que o espaço-tempo não tem existência independente, que ele é inerente à matéria (espaço absoluto) e ao processo (espaço relativo), sendo por eles criados” (Harvey, 2013, p. 24) (parênteses nosso). Relacionado com a teoria do valor de Marx, o espaço relacional recebe interferência internas e externas ao processo que se relaciona, criando uma rede de relações mais complexas que o espaço relativo, apesar de, como nesse, compreender o espaço-tempo como partes indissociáveis. Harvey (2012), inclusive, ao discutir sobre o espaço, elaborou reflexões conjuntas da sua teoria espacial com a teoria lefebvriana, intercruzando matricialmente a prática espacial (espaço percebido), as representações do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido), da tríade espacial lefebvriana, com o espaço absoluto, o espaço (tempo) relativo e o espaço (tempo) relacional. O esforço de sistematização do autor demonstrou a inevitabilidade de percorrer dialeticamente entre as categorias para aprofundar análises e reflexões. “As tensões dialéticas não só não devem ser mantidas intactas. Elas devem ser continuamente expandidas” (Harvey, 2012, p. 36).

espaços de representação. Este, por fim, apresenta os outros dois de forma simbólica e imagética, ligando-se aos fatores criativos.

A relação tripartite do espaço abstrato é então apresentada a partir de uma observação crítica do espaço, trazendo contradições, possibilidades e temporalidades dos fenômenos espaciais passados a fim de captar neste processo justamente as rupturas que reduzem o espaço e a cidade, antes obra, em produto e mercadoria. Com isso, Lefebvre (1992) reforça que o espaço abstrato não é neutro, de modo que aqueles que o concebem agem sobre seus habitantes, aqueles que o vivem, impondo suas representações. Há aqui, como na discussão sobre o Antropoceno, uma compreensão de uma relação dialética entre dominantes e subalternos, aqueles que concebem e os que vivem. O espaço abstrato, podemos dizer, se apresenta como o espaço do Antropoceno, da hegemonia e da homogeneização.

O espaço abstrato (*do-Anthropos*) traz, a partir de Lefebvre, várias contradições e conflitos que marcam esse processo. Como destacado no item anterior, a relação centro e periferia oferece uma diferenciação global, na qual o centro comprime e subjuga (domina) a periferia, utilizando-a como repositório de recursos materiais e a moldando as suas necessidades. Dessa forma, a concepção desse espaço (abstrato) dentro do sistema-mundo capitalista, converge para um distanciamento da natureza, a fim de destruí-la (Lefebvre, 1992). Como na discussão sobre o Antropoceno, onde visualizamos a objetificação da natureza, Lefebvre nos aponta para o processo de transformação e dominação desse meio pela técnica, destruindo-o. O espaço abstrato, assim, se consagra como parte dissociada da natureza e de tudo aquilo que vem da mesma. O próprio Lefebvre determina isso ao definir que a natureza “cria”, e não “produz”, uma vez que, como Obra, é única e não apenas um produto reproduzível. A cidade, por sua vez, com o duplo processo de industrialização-urbanização, perdeu o seu caráter de obra, tornando-se produto.

Esse processo coloca o espaço abstrato como avesso à tudo que não é reproduzível, a toda diferença, ao que insiste em não se homogeneizar²⁶. Esse espaço homogeneizado, o espaço abstrato, é o espaço do valor de troca, que tende a absorver o valor de uso, o qual se torna uma mercadoria. Estando o espaço interligado com as práticas sociais, portanto, essas também são regidas pela troca. É justamente quanto a essas contradições que trabalha o espaço concebido, uma vez que a concepção do espaço enquanto fetiche é necessária para trocá-lo, tornando-o, assim, homogêneo – de modo que seja possível valorá-los à sua medida (Lefebvre, 1992).

Além de homogêneo, o espaço abstrato também é fragmentado e recortado, principalmente pelos tecnocratas e burocratas que o concebem, que determinam barreiras para impedir que outras formas de ver e pensar o espaço avancem. Esta condição, conforme Lefebvre (1992) expressa, condiciona o espaço abstrato a partir de um estágio de repressão, de violência, determinado principalmente pela hegemonia que o modela. As estratégias são diversas e promovem uma prática espacial autoritária, utilizadas pelas classes dominantes como instrumento de poder, a fim de organizar a produção, suas forças e seus meios, assim como as relações sociais que a circundam.

O embate das contradições do espaço revela o espaço diferencial. A diferença que se impõe ao processo de homogeneização do espaço abstrato se faz resistente. Se o espaço é resultante da relação dialética entre paisagem e sociedade, é possível

²⁶ Interessante recordar que, como destacado no item anterior, Manzano também compreende a diferenciação global como um processo que leva à “colonização de todo o espaço físico pelos seres humanos, isto é, a urbanização do planeta” (MANZANO, 2018, p. 155), de modo que as cidades representam todo esse impulso da homogeneização cultural, também destacada por Lefebvre (1992).

indicar que o espaço abstrato possui, digamos, uma “paisagem abstrata”, uma paisagem homogênea, fragmentada. O processo de standardização da cidade e da paisagem passa por essas características e é contínuo, representando como síntese uma paisagem-mercadoria²⁷.

Cientes disso, o espaço diferencial representa um outro espaço dentro da dinâmica do possível-impossível, um espaço para além do abstrato e que, portanto, necessita de outras paisagens. Considerando a resistência como um processo de materialização da negação ativa ao processo de homogeneização, uma contraposição à força homogeneizante, seria então essa a interposição material a violenta pressão a práticas sociais instituintes que resistem ao movimento de grupos dominantes. Os grupos subalternizados, diante do contexto da era do Antropoceno e de radicalização da modernidade, resistem a esse processo também de forma radical. A expressão desse movimento à diferença, então, poderia ser identificada como a paisagem da resistência, como símbolos e representações desse outro possível, ante ao processo hegemônico.

Cosgrove: As paisagens dominantes e resistentes no processo de standardização da cidade (e da paisagem)

A partir das discussões lefebvrianas sobre o espaço abstrato e o espaço diferencial, cabe, para este artigo, uma discussão sobre tais processos no âmbito dos estudos da paisagem. Como revelado anteriormente, na introdução, as abordagens do campo são múltiplas e o seu histórico revela desde abordagens fundadas na compreensão material e geográfica da intervenção da cultura sobre a mesma, como em Sauer (1998), até aquelas que tocam questões mais subjetivas. Para a construção de uma compreensão de um processo resistente na paisagem, cabe a segunda opção. Nesse sentido, os estudos de Denis Cosgrove são essenciais para o entendimento das contradições imersas na produção da paisagem sobre o sistema-mundo capitalista. As relações entre grupos, culturas dominantes e subalternizadas, geram objetos diferenciados na paisagem.

Cosgrove, como representante da geografia cultural radical, apresentou reflexões importantes, a partir do materialismo histórico, reforçando as relações entre a formação socioeconômica e as paisagens simbólicas (Cosgrove, 1998b). Para ele, os estudos da paisagem não captavam “o significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas” (Cosgrove, 1998a, p. 222). Sob essa perspectiva, seu estudo indica que “escolher, formatar ou

²⁷ A paisagem-mercadoria, abstrata, seria a expressão da cidade standard (Cavallazi; Fauth, 2014). A interposição às representações de grupos não-hegemônicos nos leva a standardização da paisagem dessa cidade, de modo que cada vez mais cidades completamente diferentes apresentam paisagens similares (Fauth, 2015). Rolnik (2019), mais recentemente, avançou nesse mesmo sentido ao comentar sobre as paisagens para renda e as paisagens para a vida. Ela inicia suas reflexões justamente questionando como essas paisagens, tão singulares em suas formas arquitetônicas, são repetições exaustivas de modelos hegemônicos de cidades globais. “Chicago, Dubai, Astana, Belgrado, Rio de Janeiro: torres corporativas brilhantes e espelhadas, hotéis de bandeira internacional, shopping centers, museus, centros de convenções, todos idênticos” (Rolnik, 2019, p. 21). Ao discutir sobre isso, a autora traz reflexões profundas sobre o papel do Estado nessa relação contraditória entre essas duas paisagens que se entrelaçam nas cidades, destacando o paradigma da propriedade individual registrada como uma questão central. A supremacia da propriedade privada pressiona outros modos e tipos de vínculos territoriais; um exemplo perfeito de como o espaço concebido e suas representações pressiona o vivido, na ótica lefebvriana. É a partir desses outros modos e tipos de vínculos territoriais que Rolnik (2019) vislumbra “processos coletivos de construção de contraespaços, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros” (Rolnik, 2019, p. 39), sendo esses necessários para a descolonização da imaginação planejadora e da ideia hegemônica de homogeneização moderna.

representar uma paisagem seria necessariamente uma atitude ideológica ligada a uma rede de interesse e a uma estratégia de dominação” (Name, 2011, p. 177).

Cosgrove, com isso, levanta questões interligadas a espaço, poder e política, destacando de forma preponderante a importância de identificar seus atores, mas não apenas isso. Para ele, as percepções e representações de diferentes atores de uma paisagem irão atuar e transformar as mesmas de maneira distinta. Aqui as noções do geógrafo se encontram com as de Lefebvre, quando esse, ao discutir sua teoria espacial, determina que o espaço é resultado das relações de uma sociedade, sendo produzido e produzindo ele mesmo processos sociais, econômicos e políticos.

A discussão do autor, portanto, advoga sob as perspectivas subjetivas da paisagem, contrapondo-se a outras visões que analisavam a paisagem cultural a partir da sua morfologia. Cosgrove, muito pelo contrário, se mostra avesso a essas abordagens sobre a paisagem, sendo afeito a ideia de que a paisagem está diretamente associada às transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas. A paisagem seria, portanto, uma ideologia visual e, como tal, representaria as disputas existentes entre diferentes grupos sociais, o que torna tal processo constante²⁸. Tais disputas colocam diferentes formas de percepção e representação da paisagem em conflito, sendo essas uma das questões fundamentais que permeia a discussão de Cosgrove.

Ao considerarmos a abordagem cosgroveana para o estudo da paisagem, nos deparamos com novas definições e especificidades, que surgem da necessidade de inserir uma camada subjetiva sobre a mesma, de modo que “revelar significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-presentar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos” (Cosgrove, 1998a, p. 226). Cosgrove (1998a), portanto, parte da compreensão que toda paisagem possui esses significados simbólicos e aspectos subjetivos, criados a partir do processo de apropriação e transformação do meio ambiente por grupos sociais diversos, com culturas diferentes, que podem ser lidos, traduzidos e interpretados.

Compreende-se, portanto, que a paisagem é um texto cultural, que pode ser lida por meio de códigos a serem decifrados nela. Uma paisagem, ou sua representação, podem apresentar essas camadas de significados e símbolos sobrepostas, as quais podem ser lidas e interpretadas como um texto e, como tal, podem apresentar uma gama de entendimentos e significados a partir das informações pré-conhecidas por seu observador. Assim, diferentes indivíduos e grupos experimentam e interpretam a paisagem de formas distintas. Por vezes, as experiências de certos grupos podem ser impressas como reflexo verdadeiro da realidade de uma sociedade inteira, sem, portanto, representar, de fato, as percepções e representações de todos os grupos sociais. Esta concepção, segundo Cosgrove (1998a), define o significado da ideologia, indicando as estratégias de dominação de um grupo sobre o outro.

A percepção e representação da paisagem nos revela relações profundas entre espaço, poder e política, uma vez que as sociedades, embasadas sobre o sistema capitalista, estão pautadas numa divisão de classe, casta, sexo, idade ou etnicidade, intrinsecamente interligadas com a divisão do trabalho (Cosgrove, 1998a). Considerando desta forma, “da perspectiva da cultura como poder poderíamos falar de culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas, cada uma das quais terá um impacto

²⁸ Importante destacar que esta questão também diverge do pensamento de Sauer, que afirma que “Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento” (Sauer, 1998, p. 39).

diferente sobre a paisagem humana” (Cosgrove, 1998a, p. 230).

Cosgrove propõe novas noções de paisagem a partir das estruturas de submissão e dominação, de modo que cada uma delas impacta de forma diferenciada no espaço e, por consequência, nas percepções e representações da paisagem. A cultura dominante é, como o próprio nome diz, aquela que detém o poder sobre as culturas de outros grupos sociais ou classe, mantendo-o a partir do controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho (Cosgrove, 1998a). Esses grupos dominantes, a partir do controle e submissão na relação com os dominados, se expressam mais claramente na paisagem existente, sobretudo na paisagem urbana, a partir destes instrumentos.

As culturas alternativas, por sua vez, são menos visíveis na paisagem, sobrepostas pelo aviltamento da representação das culturas dominantes. Representam os grupos que estão diametralmente do outro lado na divisão de classes, castas, sexo, idade ou etnicidade. Suas paisagens estão em constante questionamento e supressão, estando num processo difuso de apagamento. Dentro desse processo, é possível identificar elementos residuais na paisagem, os quais pouco tem de seu significado original, ou mesmo nenhum (Cosgrove, 1998a, p. 234). As mudanças de fatores culturais, sociais e históricos dos diversos grupos que compõe a sociedade podem esvaziar esses significados.

Já as culturas emergentes se revelam como elementos transitórios na paisagem com impacto permanente relativamente pequeno, oferecendo ainda assim desafios à cultura dominante existente ao propor formas alternativas de estilo de vida (Cosgrove, 1998a). Segundo Cosgrove “as culturas emergentes frequentemente estão expressas em planos – paisagens de papel” (Cosgrove, 1998a, p. 234), podendo revelar sentidos utópicos de uma visão ambiental e social de sociedade. Essas culturas podem estar mais interligadas ao espaço imaginal e ao estudo de geografias imaginativas, o que, segundo Cosgrove, não as torna menos importantes (Cosgrove, 1998a).

O desaparecimento delas, entretanto, pode estar vinculado ao processo de exclusão desses grupos, criando assim o que Cosgrove determina como culturas excluídas e os seus símbolos na paisagem. Em processo de exclusão ou desde sempre excluídos, essas culturas possuem símbolos repletos de significados. Das mulheres aos grupos marginalizados, como a comunidade LGBT e as pessoas em situação de rua, todos deixam seus símbolos na paisagem humana como uma forma de estarem de alguma forma representados, mesmo que de forma subentendida.

Como Cosgrove pontua, a percepção desses símbolos requer um olhar minucioso por parte de quem observa e um conhecimento prévio sobre essas culturas em exclusão, imersas em processos de dominação. É possível, a partir do pensamento de Cosgrove, reivindicar a existência de culturas de resistência, desenvolvidas por esses grupos oprimidos, que ora se calam, ora se insurgem a partir do decorrer da história e das alterações do cenário político e econômico (Gohn, 2014). Essas resistências podem, de certa forma, marcar a paisagem através desses símbolos, objetos que reivindicam práticas sociais instituintes que vão de encontro ao processo de homogeneização do espaço e da paisagem, a partir da ótica do aumento do metabolismo social na era do Antropoceno.

Considerações Finais

A categoria *paisagem da resistência*, enfim, ganha contornos a partir das discussões encampadas no decorrer desse artigo. Os autores destacados para esse exercício nos conduziram pela indispensabilidade de incluir nos estudos da paisagem uma compreensão ampliada dos processos de produção e reprodução sociais. Com isso em mente, quais seriam os contornos da paisagem da resistência? Compreendendo o processo paradigmático da modernidade e sua radicalização, que se inaugura à luz do Antropoceno, percebemos que o *Anthropos* se revela como o nosso *man-at-the-top*, aquele que observa o meio ao qual quer moldar de um ponto mais elevado.

Para além da objetificação da natureza relatada por Manzano (2021, 2018), porém, é necessário também considerar a objetificação de outras culturas e suas respectivas paisagens. O *man-at-the-top*, ao observar o meio a ser moldado, evidentemente também observa as culturas inseridas nesse meio e, portanto, também se condiciona a subalternizá-las. Cosgrove (1998a, b), ao vincular a formação socioeconômica instituída com as paisagens simbólicas, retrata esse processo ao determinar que a percepção e representações das paisagens de culturas dominantes se impõem as respectivas percepções e representações de grupos excluídos e alternativos. A ideia de exclusão e alternativo, entretanto, não contempla por completo a situação conflitual desse contexto, o qual não ocorre de forma passiva. A ideia de resistência, pelo contrário, revela um contramovimento – inverso, mas evidentemente, apesar do seu potencial, sem a mesma força, diante das estruturas de dominação existente dentro do sistema – de se impor a força maior.

Os símbolos e representações dessas culturas subalternizadas dentro do sistema²⁹, mais do que meros elementos de leitura de sua presença na paisagem, podem evidenciar esse processo de resistência a homogeneização e standardização. As paisagens dominantes tendem, como uma força centrípeta, a incorporar esses territórios e culturas; esses, no entanto, agem por sua permanência no texto cultural exposto. Lefebvre (1992), ao comentar do espaço diferencial, revela que os caminhos da diferença ao concreto passam necessariamente por um contraprojeto. O contramovimento se revela. A contraposição ativa a essa força centrípeta é necessária, conforme o autor, uma vez que o espaço diferencial é gerado pelas contradições existente dentro do sistema. As resistências, assim, aparecem de forma clara.

Ao conduzir reflexões quanto a não-neutralidade do espaço abstrato, Lefebvre (1992) nos leva, nos estudos sobre a paisagem, a pensar na possibilidade da sua representação nesse cenário, de forma que a leitura dessa paisagem do abstrato seria reveladora das estruturas de poder de sua colonização. Essas paisagens homogeneizadas e standardizadas, concebidas para atender os desejos e anseios do *Anthropos*, são a epítome da hegemonia da técnica, inaugurada com a modernidade. A sua radicalização (Giddens, 2002), demonstra um acirramento dessa hegemonia, utilizada na impressão, cada vez mais célere, de objetos antropizados – homogêneos e standardizados – totalmente avessos às práticas e representações contrárias a esse processo. Lefebvre (1992) e Manzano (2018) colocam a urbanização como vetor desse acontecimento, as cidades como epicentro da dominação hegemônica cultural. A iminência de um planeta completamente urbano³⁰ seria a resultante distópica do avanço descontrolado da técnica

29 Coelho-de-Souza (2015) teoriza sobre a inserção da perspectiva espacial na análise dos conflitos ambientais, estabelecendo relações entre a teoria do espaço social de Lefebvre (1992) e o conceito de *doxa* de Bordieu (1989). Sua construção teórico-prática, a partir do caso da Serra da Gandarela, revela que o processo que leva do espaço abstrato ao diferencial perpassaria pela criação de um espaço da resistência, que a partir da heterodoxia, rompe a *doxa* de Bordieu, fazendo o trajeto do possível-impossível.
30 Dados do Relatório Mundial das Cidades 2022 da ONU-Habitat indicam que, em 2021, a população

e seus produtos sobre todos os espaços do planeta.

Dessa forma, se há a possibilidade de imaginar uma paisagem do abstrato, também há a possibilidade de visualizar a utopia do espaço diferencial, que revele esse momento de descolamento das estruturas de poder que solidificam o sistema. Se essa possibilidade é realizada ou produzida a partir da contraposição, da resistência ao projeto homogeneizante, então tal processo também pode se configurar na paisagem.

Coelho-de-Souza (2015) aponta as práticas de “comunização”, as visões do *bien vivir* e dos direitos da natureza como práticas, princípios e experiências que vão de encontro a perspectiva do desenvolvimento e do crescimento econômico – superestimados na era do Antropoceno – e que dão pistas dos caminhos ao espaço diferencial a partir do que que ela concebe como a criação de espaços da resistência. Essas práticas, princípios e experiências, portanto, seriam, por consequência, o terreno ideal para a concepção da paisagem da resistência como uma nova categoria a ser compreendida.

As leituras realizadas a partir de Manzano, Lefebvre e Cosgrove, portanto, demonstram a possibilidade de encaminhar reflexões sobre possibilidades que vão contra o movimento instituído pelo Antropoceno, o espaço abstrato e as paisagens dominantes. Manzano (2021) aponta para a descolonização do conhecimento como possibilidade de confronto a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores, assim como Lefebvre (1992) também aponta para a necessidade de um movimento em favor da diferença, que destaque os grupos subalternizados da alienação para que, enfim, possam exercer o seu direito à cidade.

Com isso, podemos elaborar que o retorno a outras práticas sociais que não aquelas estipuladas dentro dos paradigmas da modernidade aparecem como uma possibilidade sustentável para a criação de “novas” narrativas e práticas urbanas. Novas dentro do contexto da hegemonia da técnica, mas que a precedem universalmente. Por consequência, mais do que produzir novos imaginários e poéticas das paisagens, é necessário retornar a concepções e preceitos que as percebem e representam a partir das culturas de comunidades tradicionais, da pesca artesanal, dos povos indígenas, quilombolas, etc. São esses grupos sociais historicamente oprimidos que resistem a força centrípeta dos grupos dominantes que pressionam pela homogeneização e standardização das suas percepções e representações na paisagem.

Se a modernidade hegemônica do Antropoceno e seus atores induz a produção de paisagens a partir do apagamento desses grupos, de seus valores e símbolos, assim como a exploração e esgotamento dos recursos naturais, é necessário, e urgente, uma mudança no paradigma das práticas sociais dominantes, como bem destacou Manzano (2021). Como Haraway (2016) aborda em suas reflexões sobre o Chthuluceno, é preciso compreender a relação homem e natureza através de outros paradigmas, que sejam concebidos a partir de uma noção colaborativa entre espécies. Não reconhecer isso é perpetuar os mesmos problemas e explorações. E essa mudança passa, indubitavelmente, pela resistência.

urbana mundial representava 56% do total de habitantes do planeta. As projeções indicam que até 2050 esse número se elevará para 68% - cerca de 2,2 bilhões de habitantes.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo financiamento da pesquisa via Bolsa no Programa de Excelência Acadêmica (Doutorado).

Referências

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, São Paulo, n. 103, p. 13–24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia cultural: uma antologia*, v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239–243.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVALLAZI, Rosângela L.; FAUTH, Gabriela. Cidade standard e vulnerabilidades em processos de precarização: Blindagens ao direito à cidade. *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: 2014.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina Herrmann. O Espaço da Resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henry Lefebvre. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 369–392.

COSGROVE, Denis E.. A Geografia está em toda parte. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998a. p. 92–121.

COSGROVE, Denis E.. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998b.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FAUTH, Gabriela. *Crisis Urbana y Derecho a la Ciudad: El espacio urbano litoral de Barcelona*. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Departamento de Direito Público, Universitat Rovira y Virgili.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura De Consumo E Pós-modernismo*. 1ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GOHN, Maria Da Glória. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 79–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p79>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IGBP. *Great Acceleration*. 2015. Online. Disponível em: <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, v. 3, n. 5, p. 139–146, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/25130394/ANO03_N05_Antropoceno_Capitaloceno_Plantationoceno_Chthuluceno_fazendo_parentes_Donna_Haraway. Acesso em: 26 jan. 2024.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F.; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna L.; BUBANDT, Nils. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535–564, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HARVEY, David. Afterword. In: LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Wiley-Blackwell, 1992. p. 425–434.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, n. 28, p. 8–39, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

KERN, Daniela. Introdução: Baudelaire, Ruskin e os dois caminhos da paisagem moderna. In: KERN, Daniela. *Paisagem Moderna*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KRENAK, Ailton. Trajetos e ruínas. In: WERÁ, Kaká (Org.). *Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Tembetá, 2015. p. 101–136.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Wiley-Blackwell, 1992.

LOURES, Moema Falci. *Espaço imaginal: rastros de uma escritura em projeto*. 2011. 114 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MANZANO, Jordi Jaria i. Di-vision: The making of the “Anthropos” and the origins of the Anthropocene. *Oñati Socio-Legal Series*, v. 11, n. 1, p. 148–179, 2021. Disponível em: <https://opo.iisj.net/index.php/osls/article/view/1212>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MANZANO, Jordi Jaria i. El Dret, l’antropocè i la justícia. *Revista Catalana de Dret Ambiental*, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/rcda/article/view/329544>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MANZANO, Jordi Jaria i. Tudo é polis: cidade, governança e Direito na era do Antropoceno. In: CAVALLAZI, Rosângela L.; FAUTH, Gabriela (Org.). *Direito e Urbanismo*. Rio de Janeiro: PROURB, 2018. v. 4, p. 151–175.

MANZANO, Jordi Jaria. *La Constitución del Antropoceno*. Valencia: Tirant Humanidades, 2020.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. *Espaço e Cultura*, v. 13, p. 35–46, 2002.

MOORE, Jason W. (Org.). *Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. *O Método 4: as Ideias*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Revista Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 20–43, 2019.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12–74.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, n. 32, p. 89–109, 2012.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, n. 12, p. 15–24, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6380>. Acesso em: 12 jan. 2024.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; LUDWIG, Cornelia. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>. Acesso em: 31 jan. 2024.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, v. 36, n. 8, p. 614–621, 2007. Disponível em: [https://doi.org/10.1579/0044-7447\(2007\)36\[614:TAAHNO\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[614:TAAHNO]2.0.CO;2). Acesso em: 26 jan. 2024.

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. Lecturas globales desde el Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 24, n. 84, p. 33-53, 2019. Disponível em: <https://zenodo.org/record/2653161>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas-mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.